



Fenomenologia e construtivismo: possibilidades para uma proposta teórico-metodológica

*Ricardo Silvério Gomes Pinheiro**

*Márlon Herbert Flora Barbosa Soares***

Resumo: Neste artigo, apresentamos uma reflexão e um diálogo entre a fenomenologia e o construtivismo como uma possibilidade de análise em pesquisas qualitativas. Iniciamos a discussão pela fenomenologia husserliana e, depois, nos aprofundamos nas ideias da fenomenologia social de Alfred Schutz. Por fim, adentramos o construtivismo piagetiano, com uma discussão sobre os conceitos básicos da Epistemologia Genética. Estabelecemos um diálogo entre a fenomenologia e o construtivismo, principalmente sobre o desenvolvimento da consciência e das relações sociais. Com isso, inferimos que existe a consciência intersubjetiva e a consciência subjetiva, que se desenvolvem por meio da percepção sensorial, intuição e lógica operante, sendo estas etapas subsequentes. Com base nessa visão e em elementos de Bicudo (2011) e Sokolowski (2012), propusemos uma forma de reflexão que possui quatro procedimentos: recordação, reprodução, reconstrução e refinamento. O resultado desse processo é a essência do fenômeno, que será sustentada por fundamentos fenomenológicos e construtivistas. A fundamentação dessa reflexão social-fenomenológico-construtivista é, por si só, uma reflexão social-fenomenológico-construtivista, ou seja, uma metarreflexão.

Palavras-chave: Reflexão; Fenomenologia; Construtivismo; Relações Sociais.

* Doutorando em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor regente em CEPI Presidente Costa e Silva (CEPI PCS). E-mail: ricardosilveriogp@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4573544204286123>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2846-5374>.

** Doutorado em Ciências (Química) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Professor em Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: marlon@ufg.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9698540158266610>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3273-8603>.

Phenomenology and constructivism: possibilities for a theoretical-methodological proposal

Abstract: In this article, we present a reflection and a dialog between phenomenology and constructivism as a possibility for analysis in qualitative research. We began the discussion with husserlian phenomenology and then delved into the ideas of Alfred Schutz's social phenomenology. Finally, we delve into piagetian constructivism, with a discussion of the basic concepts of Genetic Epistemology. We establish a dialog between phenomenology and constructivism, mainly on the development of consciousness and social relations. With this, we infer that there is intersubjective consciousness and subjective consciousness, which develop through sensory perception, intuition and operant logic, these being subsequent stages. Based on this vision and elements from Bicudo (2011) and Sokolowski (2012), we proposed a form of reflection that has four procedures: recollection, reproduction, reconstruction and refinement. The result of this process is the essence of the phenomenon, which will be supported by phenomenological and constructivist foundations. The foundation of this social-phenomenological-constructivist reflection is, in itself, a social-phenomenological-constructivist reflection, in other words, a meta-reflection.

Keywords: Reflection; Phenomenology; Constructivism; Social Relations.

Fenomenología y constructivismo: posibilidades para una propuesta teórico-metodológica

Resumen: En este artículo, presentamos una reflexión y diálogo entre la fenomenología y el constructivismo como posibilidad de análisis en la investigación cualitativa. Comenzamos el debate con la fenomenología husserliana y, luego, profundizamos en las ideas de la fenomenología social de Alfred Schutz. Por último, pasamos al constructivismo piagetiano, con una discusión de los conceptos básicos de la Epistemología Genética. Establecimos un diálogo entre la fenomenología y el constructivismo, principalmente sobre el desarrollo de la conciencia y las relaciones sociales. Con esto, inferimos que hay conciencia intersubjetiva y conciencia subjetiva, que se desarrollan a través de la percepción sensorial, la intuición y la lógica operante, siendo éstas etapas posteriores. A partir de esta visión y elementos de Bicudo (2011) y Sokolowski

(2012), propusimos una forma de reflexión que tiene cuatro procedimientos: recuerdo, reproducción, reconstrucción y refinamiento. El resultado de este proceso es la esencia del fenómeno, que se apoyará en fundamentos fenomenológicos y constructivistas. El fundamento de esta reflexión socio-fenomenológico-constructivista es, en sí misma, una reflexión socio-fenomenológico-constructivista, es decir, una meta-reflexión.

Palabras clave: Reflexión; Fenomenología; Constructivismo; Relaciones Sociales.

Introdução

Essa discussão exige, primeiro, um esclarecimento sobre o que são fenomenologia e construtivismo e os porquês da aproximação entre ambas as teorias. É necessário delinear quais teóricos evocamos diante das diversas formas como são abordadas. Quando mencionamos fenomenologia, fazemos jus às ideias de Edmund Husserl e Alfred Schutz, além de abordagens de pesquisa fenomenológica de autores contemporâneos. Quando nos referimos ao construtivismo, evocamos Jean Piaget e sua Epistemologia Genética.

O intuito, neste artigo, é constituir um fundamento de natureza social-fenomenológico-construtivista. Para isso, iniciaremos pela discussão da fenomenologia husserliana, depois passaremos à fenomenologia social de Schutz e, por último, nos aprofundaremos no construtivismo piagetiano. Essa sequência vai permitir inter-relacionar as teorias num esquema teórico coerente com a cronologia de desenvolvimento de cada uma e culminará numa nova possibilidade de reflexão.

O ponto de partida para essa discussão foi nosso contato inicial com a obra de Triviños (1987), que apresenta os três grandes enfoques da pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. O positivismo é a perspectiva que busca a objetividade, cujo critério é a suspensão de qualquer influência subjetiva. Com isso, o conhecimento é tido como algo para ser descoberto por meio da

observação e da experimentação, retirando todo o mérito do conhecimento do sujeito. Tanto a fenomenologia como o marxismo fazem uma crítica à forma como o positivismo concebe o conhecimento científico.

O marxismo, em sua concepção materialista histórica e dialética, não faz diferenciação entre subjetivo e objetivo, pois entende-os como unidade dialética, assim como compreende o ser humano em sua relação com o mundo e outros seres humanos. Por isso, é também histórico, visto sua preocupação em compreender as leis mais gerais da sociedade e da natureza. Seu foco está na compreensão das formações socioeconômicas e da organização política. O conhecimento é tido como uma construção histórica e social. Além disso, sua lógica considera que pensar a realidade é um processo de aceitação da contradição, o que difere da lógica formal, em que a contradição é eliminada (Triviños, 1987; Tozoni-Reis, 2020).

Por último, o enfoque fenomenológico, segundo Triviños (1987), enaltece a importância do sujeito e busca as essências das coisas. Nesse processo, além de compreender a influência da sociedade sobre o sujeito, busca-se também elucidar qual a história de cada sujeito por trás da história da sociedade e como cada sujeito a concebe.

Essa importância dada ao sujeito nos fez enxergar a fenomenologia como um método interessante para ser utilizado na pesquisa qualitativa, visto que fazemos a defesa da autonomia do indivíduo e damos importância aos seus conhecimentos prévios, o que é decorrente de nossa perspectiva construtivista. Mas também, o método é constantemente rotulado de a-histórico e solipsista (considera um único ser consciente), o que requer uma profunda reflexão. Para compreender melhor esses aspectos, fomos, primeiramente, às raízes da fenomenologia husserliana, como mostrado no tópico seguinte.

A fenomenologia transcendental de Husserl

As ciências positivas tomaram o mundo como algo dado, absoluto e independente da consciência. É como se o objeto já carregasse consigo

um significado a ser decodificado. O cientista atua somente como um decodificador, neutro, que não doa nenhum sentido, mas que busca a máxima precisão e exatidão naquilo que realiza. Parte de pressupostos que não são questionados, mas concebidos como absolutos. A “crise das ciências” está em tornar o ser humano nulo em algo que ele é o construtor (Husserl, 2012).

Husserl (2013) buscava uma fundamentação última para todas as ciências e, portanto, defendia a necessidade de uma ciência universal e rigorosa voltada para o sujeito. O seu objetivo era colocar tudo em dúvida para buscar um fundamento que resistisse à dúvida. Nesse procedimento, a validade do mundo e das coisas é suspensa para chegar a um “eu puro”, que é o único do qual não se pode duvidar, pois duvidar do “eu puro” já pressupõe um “eu” que duvida. Esse é um axioma importante da fenomenologia.

A suspensão da validade ou o “colocar o mundo entre parênteses”, é o que Husserl (2013) denomina epoché fenomenológica ou transcendental e, “na medida em que reconduz ao terreno do ser transcendental, chama-se, por isso, redução transcendental-fenomenológica” (Husserl, 2013, p. 59). Nesse caso, o mundo não é mais tomado como óbvio, mas torna-se fenômeno experienciado por um “eu” como parte de uma reflexão filosófica.

É a partir do “eu puro” que temos consciência do mundo e dos objetos mundanos, pois consciência é sempre de alguma coisa. Estar consciente é estar voltado para um objeto que lhe é dado como fenômeno a ser experienciado. Esse estar consciente de algo, estar dirigido para algo, é o que se denomina intencionalidade. Não há consciência que não seja de uma coisa e não há coisa que não seja dada à consciência. Todo objeto é entendido como tal pelo seu aparecer a um sujeito (Husserl, 2013).

O método fenomenológico nos permite sair de uma atitude natural em sentido a uma atitude fenomenológica. Husserl (2013, p. 73) afirma que na atitude natural o eu “se entrega à experiência do mundo, ou que de outro modo se abandona à vida nele, um eu interessado no mundo”. Isso significa que é capaz de duvidar da própria consciência do mundo, mas

não do mundo em si. Compreende que o mundo tem leis próprias que independem de seres humanos. Cabe a nós seres humanos apenas observar e experimentar esse mundo, que só pode ser captado puramente se nos livrarmos de pré-conceitos subjetivos. Um espectador interessado no mundo toma este como a evidência primeira para a busca de suas verdades.

Contrária à atitude natural, há a atitude fenomenológica, que é alcançada quando somos capazes de chegar ao terreno transcendental. Segundo Moreira (2002), na atitude fenomenológica busca-se a análise das vivências do eu para perceber o sentido dos fenômenos. Todo o sentido do mundo e dos objetos mundanos é atribuído por alguém, ou seja, não existe um mundo separado de uma consciência e não há consciência que não seja de um mundo e seus objetos. Ainda com base em Husserl (2013), a atitude fenomenológica se dá a partir de um eu desinteressado do mundo, isto é, que não hesite em questioná-lo e/ou suspender sua validade. Dessa forma, o “eu” se reconhece como doador de sentido.

Tudo o que é dado à consciência a partir da percepção, imaginação, intuição ou qualquer outro ato, é um fenômeno. Fenômeno se refere não somente à consciência de objetos percebidos ou imaginados, mas se refere a qualquer consciência de algo. Isso inclui sentimentos, desejos e vontades. Quando olhamos para o monitor de um computador ou para o livro que lemos, não duvidamos de que existam. Quando sentimos saudade ou desejo por alguém, isso nos é dado de forma intuitiva e não duvidamos desse sentimento, porque o sentimos. O importante é a forma como as coisas são dadas à consciência (Zahavi, 2019b; Moreira, 2002).

Quando experienciamos um fenômeno, captamos juntamente com ele uma essência. E a essência é irreduzível. A essência está no próprio fenômeno e deve ser revelada para que o fenômeno seja completamente compreendido. Ela constitui a unidade básica do que é inerente ao fenômeno, sem a qual ele não seria o que é (Zahavi, 2019b; Moreira, 2002).

O procedimento que conduz à essência é denominado redução eidética, que não pode ser confundida com redução transcendental-

fenomenológica. Sokolowski (2012) afirma que ambas são diferentes, mas que a redução transcendental também revela estruturas eidéticas, as quais dizem respeito ao funcionamento da consciência. A redução eidética pode ser anterior à redução transcendental ou ocorrer apenas na atitude natural. Isso nos faz levantar uma dúvida: como utilizar redução eidética na atitude natural, se ela é um procedimento fenomenológico? Mais adiante demonstraremos que esse questionamento foi essencial para a proposta que apresentamos.

O grande problema de tudo que discutimos até aqui, é o fato de estarmos nos referindo às vivências e atitudes de um único sujeito. Com a epoché e redução transcendental-fenomenológica, a suspensão da validade do mundo inclui a suspensão da validade de outros seres humanos. Fica a impressão que só existe o “eu” e suas experiências. Mas, na atitude natural, os outros existem e experienciam o mundo também. Há outras formas como as pessoas veem o mundo que não seja como as do “eu”. E aqui chegamos ao problema do solipsismo citado anteriormente.

Para superar o solipsismo, não podemos considerar o “outro” semelhante ao “eu” apenas como objeto a ser suspenso. O “outro” é também um sujeito experienciado pelo “eu” e que possui consciência. O “eu” não pode ter acesso ao “outro” diretamente, pois só tem acesso direto às vivências que são suas. Mas o “eu” pode constituir o sentido do “outro” como um ato de consciência. Isso ocorre através da apreensão analogizante entre o corpo do eu e o corpo do outro. Essa apreensão analogizante, segundo Husserl (2013), é uma apercepção por semelhança. Assim sendo, a formação do sentido do “outro” caminha da subjetividade para a intersubjetividade, porém, continua sendo formada no terreno transcendental, ou seja, é algo da própria consciência de um único sujeito, ainda desconsiderando a história e as vivências do ponto de vista de outros.

Nesse ponto ficamos diante de um imbróglgio. Se anteriormente criticamos o positivismo por desconsiderar os significados atribuídos pelo sujeito, agora a fenomenologia parece desconsiderar o mundo e as relações sociais. Se concebermos a fenomenologia na rigorosidade husserliana, estaremos dizendo que todo e qualquer significado de mundo é apenas do

sujeito que o vivencia, o que exclui outros significados que já existem antes do nascimento do sujeito ou atribuídos por outros que não seja o “eu”. É por esse aspecto que a intersubjetividade em Husserl, a nosso ver, não dá conta dos aspectos históricos e sociais.

Husserl (2013) nos mostra o procedimento básico da fenomenologia em sua redução transcendental-fenomenológica e redução eidética. A primeira nos conduz ao terreno transcendental para a compreensão das estruturas de consciência, enquanto a última mencionada nos conduz às essências dos fenômenos. Também não podemos nos restringir à compreensão das estruturas de consciência, pois nosso critério de verdade na pesquisa qualitativa não se sustenta perante uma suspensão radical de pré-conceitos, o que levaria ao solipsismo e ao a-historicismo. É a partir desse aspecto que a epoché e redução transcendental-fenomenológica nos parecem incompatíveis com o objetivo que pretendemos. Uma possível solução é colocada por Sokolowski (2012), ao afirmar que a redução eidética pode ser utilizada dentro de uma atitude natural.

Como discutimos anteriormente, a atitude natural é aquela ingênua, que apresenta o mundo e as pessoas como válidos e inquestionáveis. A atitude fenomenológica coloca tudo isso em questionamento, exceto o eu que questiona. Se realizarmos uma suspensão parcial de pré-conceitos, tomando alguns aspectos como inquestionáveis, além do próprio eu que questiona, não seria algo com tal rigor de Husserl, nem possível de chamar de epoché. Se mantivermos a história da sociedade e considerarmos as vivências de outros sujeitos, estaríamos tendo uma atitude natural, mas dentro desta poderíamos ainda questionar aspectos do mundo e das vivências de outros sujeitos. Com isso surge uma dúvida: ainda seria um processo fenomenológico? É nesse ponto que adentraremos às ideias de Alfred Schutz.

Da fenomenologia transcendental à fenomenologia social de Schutz

Schutz (1979) também defende que há um “eu” que doa significado às coisas, pois, de acordo com que vamos tendo nossas vivências, acabamos por perder esse “eu” de vista. Deixamos de perceber que nós experienciamos as coisas ao nosso redor. Porém, diferentemente de Husserl, que concebeu a relação entre diferentes subjetividades a partir do terreno transcendental, Schutz concebe a intersubjetividade a partir da atitude natural, considerando que há um mundo físico e social antes mesmo de nascermos, que ele denomina mundo da vida (Schutz, 1979; Capalbo, 1979).

O mundo da vida é o mundo histórico e das relações sociais, do qual faz parte também o “eu”. O “eu” possui uma história própria, que é sua situação biográfica e corresponde a todos os momentos vivenciados pelo sujeito, bem como sua posição física, social e ideológica. É uma escala pequena entre outras histórias que se entrelaçam no mundo da vida (Schutz, 1979; Capalbo, 1979).

Tomando como pressupostos o mundo da vida e a existência de outros sujeitos pensantes, além do “eu”, estes não possuem mais sua validade questionada. Não é mais uma epoché. O objetivo de Schutz (1979) foi desenvolver uma fenomenologia social a partir da atitude natural, pressupondo um mundo intersubjetivo para depois adentrar ao terreno da subjetividade. Com isso, o foco está em compreender como o mundo da vida é concebido pelo eu, o que requer validá-lo antes de tal reflexão.

Se não duvidamos da validade do mundo e nem de outros sujeitos, cabe revelar como a consciência concebe as relações sociais. Primeiro aspecto é que cada “eu”, em sua respectiva situação biográfica, constitui um estoque de conhecimento, isto é, um código que utiliza para tipificar as novas vivências a partir daquilo que já vivenciou. A tipificação é a forma como entendemos o mundo e as pessoas, o que depende de nosso contexto histórico e social. Cada sujeito possui suas vivências, as quais se diferem uns dos outros e, portanto, cada um tem um estoque de conhecimento que

se diferencia dos demais. O mundo intersubjetivo é público, isto é, vivenciado por todos, mas cada um possui sua situação biográfica (Schutz, 1979). Então, como validamos uma história da sociedade, se cada sujeito tem sua história que se difere do outro?

É aqui que entra um aspecto importante: a idealização de pontos de vista. O “eu” concebe o mundo sob sua ótica, do qual ocupa o centro de suas coordenadas, assim como o “outro” também o faz. Mas o “eu” pode, em determinado momento, se colocar no lugar do outro e vice-versa. É assim que há um intercâmbio ou trocas de pontos de vista. O que leva um grupo de pessoas a chegarem a um consenso de ponto de vista, é o intercâmbio entre elas, por meio do qual encontram similaridades entre suas diferentes vivências para constituírem uma identidade de grupo. Isso leva a uma situação de anonimato, em que o grupo não representa mais a situação biográfica de uma pessoa específica, mas é resultado das relações entre as diferentes situações biográficas, chegando a um tipo ideal (Capalbo, 1979).

Isso mostra que a história da sociedade e tudo o que existia antes de nascermos são resultantes das interações entre nossos predecessores, aqueles dos quais temos conhecimento porque alguém nos contou ou escreveu sobre isso. Essa história não diz respeito a uma situação biográfica individual de um deles, mas trata-se de um sistema de intercâmbio e acordos práticos de uma realidade intersubjetiva formada por diferentes atores. Por isso, quando tipificamos alguém do passado, fazemos isso atribuindo uma característica de grupo a uma pessoa (Schutz, 1979; Capalbo, 1979).

Há grupos mais influentes que outros, o que se dá por meio da exclusão de determinadas situações biográficas ou pode ocorrer também por algumas situações biográficas exercerem maior influência num determinado grupo. Queremos chamar atenção para a questão de que o anonimato pode ser deturpado e o grupo apresentar tendência à situação específica de um sujeito. A explicação que encontramos para isso, com base em Schutz (1979), tem relação com a forma como se constitui a idealização de pontos de vista, ou seja, as situações que deveriam ser um

anonimato, podem não ser tão anônimas. E pensamos que isso é devido à capacidade que certas subjetividades possuem de exercer mais influências que outras.

A história da sociedade pode ser contada de diferentes pontos de vista, porque é uma idealização entre diferentes sujeitos. Embora haja uma história mais predominante sobre a sociedade, não quer dizer que seja a única válida. A história da sociedade não se confunde com a história de cada sujeito, mas ela é resultado do mundo intersubjetivo. Pode haver tendência a uma situação biográfica específica, mas que ainda não a reflete como um todo. Podemos contribuir com a história, mas não significa que ela terá semelhança com a nossa situação biográfica, embora possa acontecer. A história da sociedade tende a ser mais anônima se constituída num acordo prático entre o maior número de subjetividades participantes, cada qual na mesma proporção, o que seria uma história ideal.

Antes de nascermos já existia uma história, que nos é contada e influencia em nossas tipificações. Mas cada um ouve e concebe a história dos antepassados dentro de um sistema próprio de coordenadas. Quando não vivenciamos uma pessoa face a face, tendemos a tipificá-la de uma determinada forma ideal e anônima, que é resultado do intercâmbio entre nossas diferentes vivências. Numa situação face a face, esse ponto de vista pode ser modificado, visto que a forma como a pessoa age pode se distanciar do que idealizamos. Mas pode ocorrer de nossa idealização ser confirmada por apresentar certas semelhanças. Se nunca tivermos uma situação face a face, a forma como tipificamos uma pessoa pode se manter inalterada. É o que acontece quando olhamos para nossos antepassados sem conhecer a situação biográfica de cada um. Tendemos a conceber a história deles de uma forma mais generalizada, isto é, anônima (Schutz, 1979; Capalbo, 1979).

Se o passado é algo que tipificamos de forma mais anônima, o mundo contemporâneo nos permite as situações face a face, isto é, o contato direto com as pessoas pode mudar nossa forma de percepção ou reforçá-la. Mesmo no mundo contemporâneo, pode haver pessoas que

tipificamos de forma anônima por ainda não termos tido um contato face a face.

Quando buscamos compreender o outro, o que temos é uma compreensão genuína, que não diz respeito ao que ele pensa diretamente, visto que o “eu” somente tem acesso ao que o corpo do outro expressa no tempo e no espaço. A compreensão genuína se caracteriza pela tipificação que realizamos com base no que o corpo expressa, seja por gestos, fala ou qualquer outra forma. Ela se inicia pela observação direta do outro em suas ações e, depois, por meio da comunicação, utilizando uma linguagem comum que permite as trocas de pontos de vista (Schutz, 1979; Capalbo, 1979).

O “eu” e o outro podem estar diante da mesma situação mundana e tipificá-la de formas diferentes. E isso é possível porque há subjetividades diferentes que não possuem acesso direto uma a outra. Se o “eu” e o “outro” podem estar num presente vívido, numa situação face a face num processo intersubjetivo, cada um dos “eus” pode depois reviver o vivido por meio de reflexões subjetivas próprias. Mas a comunicação pode ser também de um predecessor contando sua história, por meio de um objeto, a um sucessor (Schutz, 1979; Capalbo, 1979).

Um exemplo da comunicação entre predecessores e sucessores são os escritos e os desenhos deixados por nossos antepassados contando a sua história. O que sabemos sobre nossos antepassados é com base nas vivências de objetos que foram materializados por eles quando viveram neste mundo. Ou também se baseia no que os outros nos contam sobre antepassados em situações face a face, como quando nosso avô nos conta uma história sobre nosso bisavô. Sem mesmo ter conhecido nosso bisavô, criamos um significado para a história que nos é contada, assim como o tipificamos de uma determinada forma.

O mundo intersubjetivo é algo que vivenciamos no tempo presente e o temos em comum com os demais sujeitos. A reflexão sobre esse mundo só podemos realizar depois de já tê-lo vivenciado. É uma reflexão própria, característica de nossa subjetividade. Por isso, a relação do “nós” ocorre no presente vívido e a percepção do “eu” emerge da reflexão sobre

o passado. Dessa forma, as vivências no mundo da vida, bem como as relações sociais, ocorrem numa atitude natural, enquanto a reflexão sobre essas vivências é própria do eu que pensa, em seu processo introspectivo da atitude fenomenológica (Schutz, 1979).

Falar em “eu” e “nós” pressupõe a existência de uma consciência subjetiva e outra intersubjetiva. É uma clara distinção necessária entre privado e público. É aqui onde abre-se novamente a divisão entre subjetivo e objetivo. O mundo objetivo é uma construção intersubjetiva, que se transfere no tempo e no espaço. Mas ainda continua sendo um mundo construído por pessoas. Ele influencia a subjetividade de outros sujeitos, assim como é por meio da relação entre os sujeitos que se constrói esse mundo. Trata-se de uma relação de interdependência.

O mundo no qual nascemos, constituído por uma certa objetividade, é resultado das relações intersubjetivas entre nossos predecessores. E sobre esse mundo podemos também constituir novos significados, uma nova história, a partir da nossa subjetividade. Mas essa subjetividade está também impregnada de várias formas de tipificação de nossos antepassados. Contudo, a história construída no presente não é a mesma do passado. Embora haja elementos similares, os fatos não se repetem.

Percebemos que Schutz (1979) inaugura uma fenomenologia diferente de Husserl (2013), mas mantendo características essenciais: a subjetividade, a redução e a intersubjetividade. A diferença é que enquanto Husserl suspende a atitude natural para deixar valer somente o que se dá no terreno transcendental, Schutz valida a atitude natural e demonstra sua importância para alcance de um eu que pensa. A história e as relações sociais, que são construções intersubjetivas, antecedem o eu, diferentemente do método husserliano.

Até aqui, nossa discussão esclarece alguns aspectos relacionados ao solipsismo e a-historicismo. Com a fenomenologia social não temos mais esses problemas. Partindo dessa teoria, é possível revelar as essências das coisas mesmo quando se considera a atitude natural, assim como poderíamos falar numa essência intersubjetiva. Demonstrar como o “eu”

ou como um grupo qualquer tipifica algo é, de certa maneira, análogo a uma redução eidética. Mas ainda há alguns aspectos não elucidados: como se formam as tipificações no âmbito do sujeito? O sujeito já nasce capaz de ter relações sociais? Como a consciência se desenvolve? Quais fatores da subjetividade leva o sujeito a uma idealização de pontos de vista?

Da Fenomenologia à Psicologia: relações com o construtivismo piagetiano

De início, pode parecer contraditório trazermos aqui uma teoria psicológica, visto que Husserl (2013) critica o psicologismo e busca uma fuga deste em sua epoché. Porém, Husserl não chegou a conhecer a teoria piagetiana, que se difere muito da psicologia da época de Husserl, que era de cunho positivista. Piaget começou o desenvolvimento da Epistemologia Genética nos últimos anos de vida de Husserl e chegou a fazer algumas considerações sobre a fenomenologia.

É importante destacar que a fenomenologia husserliana se baseia no fato de que as coisas se dão na consciência a partir da percepção e da intuição. Se pela percepção é possível a experienciação de variadas formas de um objeto, é pela intuição que se alcança o núcleo essencial irreduzível em todas elas, isto é, a essência (Oliveira, 2013). A percepção se caracteriza por ter o objeto diante de si, enquanto, pela intuição, pode-se visar o objeto preenchido efetivamente, sem que para isso estejamos percebendo os lados covisados (Grzibowski, 2016).

As noções de percepção e intuição são também discutidas por Piaget. Para o referido psicólogo, a percepção é o conhecimento sobre os objetos e seus movimentos, sendo suas estruturas irreversíveis; já a intuição é uma ação mental, um pensamento em imagens, que busca imitar os contornos do real e caracteriza um egocentrismo centrado na ação do momento (Piaget, 1938, 1954, 2013).

Os conceitos de percepção e intuição na fenomenologia apresentam uma certa conexão entre si, visto que a percepção pode ser

uma forma de intuição, pois pensar um objeto de forma efetivamente preenchida em todos os seus lados é percebê-lo diante de si. Na teoria piagetiana, o sentido de percepção está mais ligado ao aspecto sensorial do corpo e intuição se relaciona à mentalização do objeto.

De toda forma, os conceitos de ambas as teorias possuem similaridades, mas, tendendo agora ao construtivismo, denominamos percepção sensorial como a captação das coisas mundanas ainda sem mentalização e a intuição como ações mentais que nos permitem certas presunções, que a princípio não se expressam numa estrutura lógica, mas que possuem um significado parcial. Por isso, conceber a intuição como uma verdade pura e irreversível, pode levar à validação de conceitos considerados errôneos sob o ponto de vista lógico. Mas também, as intuições podem ser fatos decorrentes de uma estrutura mais desenvolvida e lógica.

A lógica consiste numa estrutura formal e coordenada, que representa uma totalidade reversível, ou seja, o que é considerado verdade é o que se encaixa numa determinada lei geral sob a qual o fato faz sentido. Se considerarmos uma intuição, o mesmo não se aplica, pois esta, a partir do momento que se apresenta, é tomada como verdade pela consciência, que sem a reversibilidade necessária, pode prevalecer inquestionada (Piaget, 1969).

O que Piaget (1969) parece nos dizer, é que as intuições, como colocadas pela redução fenomenológica, não são a fonte última da verdade, mas se orientam para uma estrutura mais geral e coordenada, que é a estrutura lógica. Dessa forma, Husserl (2013) desenvolveu uma espécie de psicologismo, porém, restrito a um campo que desconsidera o desenvolvimento histórico e genético da consciência. O problema da fenomenologia consiste na sua redução que elimina os aspectos espaço-temporais, isto é, o próprio desenvolvimento da consciência enquanto tal.

Um outro problema destacado por Piaget (1969), consiste no fato de que a essência, como posto na fenomenologia, é tanto conceito do sujeito como o núcleo essencial do objeto. Por isso, segundo Piaget (1973), há necessidade de irmos além da experiência vivida e buscarmos uma

estruturação do real, ou seja, compreender o quanto nosso corpo e nosso cérebro colaboram com nossa consciência, bem como as relações que estabelecemos em sociedade.

Essas ideias são muito coerentes com a análise de Schutz (1979) e reforçam as noções de consciência subjetiva e consciência intersubjetiva, bem como de sujeito pensante e mundo da vida, os quais não se confundem. Piaget (1973) também vê necessidade em superar o solipsismo, por isso caminha no sentido de considerar que o aspecto individual difere do social, mas ambos possuem interdependência. Temos aqui um ponto de convergência: não podemos reduzir tudo a um “eu puro” solipsista e a-histórico, mas não significa que temos de manter toda a atitude natural. Podemos pensar numa nova forma de redução que considere o desenvolvimento da consciência subjetiva separada da intersubjetiva, mas que expresse suas influências mútuas.

A compreensão consiste num processo de captação e análise dos fenômenos subjetivos e intersubjetivos. Há dentro desse processo uma sequência estrutural conforme a teoria piagetiana: percepção sensorial, intuição e lógica operante. A percepção sensorial é a captação do fenômeno pelo sujeito, seja pela visão, audição ou qualquer outro sentido corporal, o que leva à formação de imagens mentais. As intuições consistem nas vivências recordadas, para as quais se atribui sentidos parciais, que permanecem inexplicados. Essa recordação e atribuição de sentido se dá por meio das imagens mentais formadas a partir da percepção sensorial. E a lógica operante é quando todas essas intuições se conectam e constituem um conjunto estruturado e com uma explicação formalmente construída, em que cada fato se relaciona com o outro de forma coerente.

Considerando Piaget e Inhelder (1966, p. 417, tradução nossa), a imagem mental é a “conservação ou retenção das configurações e acontecimentos percebidos”. Trata-se de uma representação que pode ser reproduzida pelo sujeito sem haver necessidade de nova percepção das coisas. É uma operação característica da estrutura cognitiva e, também, um fator crucial para que haja consciência. Por isso, considerando Schutz (1979), inferimos que as vivências, resultantes da percepção sensorial,

ocorrem no presente vívido, enquanto as reflexões, que findam nas lógicas operantes, se dão sobre aquilo que já foi vivenciado.

A percepção sensorial pode levar à modificação da subjetividade do “eu”, pois elementos do mundo são incorporados pelo sujeito. Esses elementos são organizados de tal forma que o indivíduo consegue discernir o que é do “eu” e o que é de “outros”. Para isso, deve haver uma estrutura capaz de diferenciar subjetivo de intersubjetivo, bem como controlar as suas influências mútuas.

Para Piaget (1999), toda estrutura tem uma gênese e leva a uma outra estrutura, o que nos permite afirmar que tanto a subjetividade como a intersubjetividade são móveis e, portanto, o mesmo pode ser aplicado às essências dos fenômenos. Antes de vivenciar um conjunto de coisas, o fenômeno pode ter uma essência X e, após isso, pode ter sido modificado e apresentar uma essência Y. Esse processo é complexo, visto que as estruturas possuem tendência a diferenciar as coisas com base numa lógica predominante, ou seja, a subjetividade tende a resistir à modificação, assim como o mundo intersubjetivo tende a resistir às influências da subjetividade. É a interação constante entre ambos que permite a transformação mútua.

A redução máxima que podemos fazer é ao fato de que há uma estrutura básica com a qual todo sujeito nasce e, com base em suas vivências, essa estrutura vai sendo reconstruída a patamares cada vez mais elevados, pois o ser humano se desenvolve em estágios até chegar ao período em que consegue desenvolver as lógicas formais, segundo Piaget (1999, 1973).

O primeiro estágio é iniciado quando nascemos, sendo o período sensorio-motor, em que predomina apenas os instintos e a inteligência prática. Ainda não há o pensamento, mas existe uma estrutura inicial sobre a qual serão construídas as demais. Depois, com base nas vivências no mundo e conforme as características genéticas, passamos ao estágio pré-operatório, no qual aparece o pensamento e começa a desenvolver-se a linguagem. Nesse estágio, o sujeito ainda permanece egocêntrico, dotado apenas de pensamento simbólico e intuitivo, sendo suas ações

predominantemente irreversíveis e com baixa reversibilidade. E, por último, alcança o estágio operatório, no qual se desenvolve o pensamento racional, característico das operações lógicas, as quais possuem predominância da reversibilidade. Há primeiro o desenvolvimento da lógica concreta para depois alcançar o estágio das lógicas formais ou abstratas (Piaget, 1973).

Compreendemos que a prática fenomenológica pode ser baseada em operações formais. Analisar fenômenos é operar sobre eles, bem como manter-se reduzido à coisa como tal, o que necessita de alto nível de abstração. O que Husserl (2013) apresenta é uma das formas como opera a consciência, mas esta não surge como tal capaz de epoché e redução sem antes ter passado por etapas de desenvolvimento.

O desenvolvimento da consciência caminha conforme o desenvolvimento cognitivo. Tomando como base Piaget (1969, 1973, 1974, 2013), entendemos que a consciência se desenvolve desde ações materiais e percepções sensoriais, passando pelas intuições e chegando às lógicas operantes. Nas lógicas operantes há ainda um estágio inicial das operações concretas e depois o das operações formais. É este último que permite a metacognição, ou seja, pensar sobre a própria reflexão.

O que chamamos de conhecimento das coisas é algo proveniente da interação entre sujeito e objeto, pois o conhecimento não se situa em nenhum destes, mas na sua periferia, ou seja, na ação do sujeito sobre o objeto e na reação que o objeto provoca no sujeito. O que sabemos sobre o objeto é a consciência que temos dele, a qual parte da periferia (interação entre sujeito e objeto) para o centro (estrutura cognitiva do sujeito) (Piaget, 1974).

No início de nossas vidas, as percepções que temos do mundo e das coisas permanecem mais ou menos estáticas, porque ainda não há uma mobilidade operatória. À medida que passamos de um estágio ao outro, desenvolvemos as intuições, ainda bastante irreversíveis. Somente quando chegamos às lógicas operantes temos capacidade de compreender como nossa própria consciência funciona e porque atribuímos um significado e não outro.

No estágio operacional, nossas percepções e intuições são influenciadas por nossa estrutura lógica, mesmo que não estejamos conscientes disso. Uma intuição que temos de algo pode ser resultante de uma construção que está inconsciente. Ao passo que vamos tendo várias intuições e estabelecemos conexões entre elas, reconstruímos uma lógica, da qual nos tornamos conscientes. Isso quer dizer que há construções em nossas estruturas das quais podemos estar conscientes ou não. E o que vai influenciar nesse aspecto são os estímulos do meio com o qual interagimos. O próprio Piaget (1969) diz que tem dificuldade em conceber em sua consciência coisas que não sejam elaboradas devido ao nível de desenvolvimento que apresenta, ou seja, qualquer intuição que se revele tem por trás uma estrutura lógica que opera.

Tendo realizado essa discussão sobre os atos de consciência e as etapas do desenvolvimento desta, cabe agora explicar como a estrutura cognitiva é construída. Primeiro aspecto a ser considerado é a sua unidade básica, que se denomina esquema. O esquema é aquilo que contém o que é generalizável ou transponível de uma ação para outra. Dessa forma, ele é também o que permite os atos da consciência. Nós nascemos com esquemas primordiais que nos permitem sobreviver, vivenciar e desenvolver. Mas a nossa lógica é construída a partir dessa estrutura primordial, dependendo de processos de aprimoramento e constituição de novos esquemas (Piaget, 1967, 1973, 2013).

Sempre que entramos em contato com algo e incorporamos informações à nossa estrutura, estamos assimilando. As informações podem ali permanecer como esquemas ainda com poucas relações com outras estruturas. Somente terão um sentido lógico quando ocorrer a acomodação, que é a modificação da estrutura global de forma a estabelecer interação com o que foi assimilado e adaptar-se (Piaget, 1967, 1973, 2013).

Além do aspecto individual, Piaget (1973) ainda nos fala sobre o desenvolvimento social do sujeito, que mantém uma relação de interdependência com o primeiro. No início da vida, no estágio sensório-motor, o aspecto social não é tão importante, mas a partir do estágio pré-

operacional ganha notabilidade. O sujeito, ainda com esquemas egocêntricos, é capaz somente de respeito unilateral quando exposto às coações daqueles em estágios mais avançados. Isso ocorre porque a linguagem está em desenvolvimento e os significados são completados por um jogo de imaginação característico do pensamento simbólico. Em outras palavras, o indivíduo é incapaz de estabelecer uma lógica que seja suficiente para opor-se aos discursos impositivos. E essas coações são tomadas como verdades incontestáveis ao serem assimiladas por esquemas que ainda não possuem reversibilidade.

Somente no estágio operatório é que o indivíduo apresenta capacidade de respeito mútuo e, então, pode cooperar. Sendo a operação as ações reversíveis, a cooperação consiste em ajustar operações individuais umas às outras de forma a conceberem operações coletivas. As operações coletivas podem, por sua vez, influenciar no desenvolvimento de operações individuais. É aqui em que individual e social se equilibram e apresentam as mesmas importâncias no desenvolvimento. Se no sensório-motor e no pré-operatório o aspecto individual ainda era mais importante que o social, no operatório o indivíduo é capaz de diálogo e coordenação de pontos de vista com outros sujeitos que também se encontram no mesmo estágio. É assim que surge a capacidade de se opor às coações por meio de uma lógica própria e/ou construída coletivamente (Piaget, 1973).

Essa explicação piagetiana parece complementar o que Schutz (1979) defende sobre idealização de pontos de vista, isto é, a compreensão mais completa do mundo intersubjetivo só é possível se o sujeito estiver alcançado um estágio operacional. No estágio sensório-motor há apenas percepções sensoriais que nada significam para o indivíduo. No pré-operatório há uma certa organização ainda rudimentar, que permite apenas intuições. E no estágio operacional é que conseguimos alcançar a máxima compreensão do mundo intersubjetivo por meio da estruturação lógica.

O que Schutz (1979) denomina por estoque de conhecimento, são nossas construções cognitivas, os esquemas. É por meio dos esquemas que assimilamos o mundo da vida. Nossos esquemas apresentam elementos de tipificações de nossos antepassados, que podem ser modificados conforme

nossas ações no presente vívido. Ser capaz de idealizar pontos de vista para a construção de um mundo intersubjetivo equivale à capacidade de operar conjuntamente sobre esse mundo.

Tanto a fenomenologia husserliana quanto a fenomenologia social, parecem ter mais sentido quando consideramos um indivíduo no estágio operacional. Se Schutz (1979) devolve ao fenômeno os seus aspectos histórico e social, Piaget (1969, 1973) devolve, além destes, o psicogenético. Schutz (1979) entende que nossa subjetividade possui influências do mundo intersubjetivo e vice-versa. Mas deixa claro que o mundo intersubjetivo, em relação ao eu, é anterior à subjetividade.

Isso faz sentido quando consideramos o construtivismo piagetiano. Nos anos iniciais de nossa vida, ainda não nos entendemos como ser no mundo. Não temos compreensão completa do mundo da vida porque não desenvolvemos esquemas suficientes para tal. Mas não quer dizer que o mundo não exista, pois, nossos antepassados já o construíram. Quando nos dermos conta desse mundo, poderemos também contribuir para sua construção e elaborar ou reelaborar várias tipificações para nossos sucessores.

Queremos dizer com tudo isso que a subjetividade e o mundo intersubjetivo possuem existência própria e influenciam um no outro. Eles não se confundem no estágio operacional, mas interagem. O início da vida consciente de todo ser humano é praticamente subjetivo e, aos poucos, intenciona um mundo intersubjetivo no decorrer de seu desenvolvimento. Nesse início, há ainda certa confusão sobre o que é do “eu” e o que é do “nós”. Quando se alcança o equilíbrio entre ambos, há uma divisão nítida. Mas o “eu” possui elementos do “nós” e vice-versa. Essa dicotomia é necessária, pois a consciência individual não pode ser a coletiva, senão todos seriam um só ser, o que não se confirma, visto a diversidade de pontos de vista.

Quando alcançamos o estágio das operações, não deixamos de usar funções de estágios anteriores, tais como a percepção e a intuição. Elas continuam a ser utilizadas, mas tendem sempre à estrutura predominante, que é a lógica. Podemos ter esquemas não acomodados ou mais ou menos

acomodados à estrutura global, o que decorre de ainda não termos estabelecido uma lógica ou não termos tomado consciência da lógica operante.

Compreendemos que, ao pensarmos num fenômeno, devemos considerar que há estruturas operantes sobre ele, tanto a do eu como a de outros. A consciência subjetiva consiste em tudo o que o sujeito constrói e atribui sentido em sua individualidade, cujo acesso se dá no retorno às próprias vivências. Já a consciência intersubjetiva consiste em tudo o que é construído na relação entre diferentes sujeitos, que se relacionam por meio de expressões corporais e percepções sensoriais, ou seja, pela fala, visão e pelo corpo como um todo.

As expressões corporais consistem na exteriorização das reflexões (intuitivas e lógicas), enquanto as percepções sensoriais, ao serem interiorizadas, também podem levar a reflexões. Essa premissa nos permite concluir que a reflexão é uma função subjetiva. Então, como é possível refletir em grupo?

Refletir em grupo é um ir e vir entre as consciências subjetiva e intersubjetiva. Nenhum sujeito tem acesso às vivências de outrem diretamente, só sabem o que sabem pelo que o outro diz ou faz. Ocorre que a estrutura cognitiva, por ser um complexo sistema de interações entre vários esquemas, tem a característica de se portar tanto para constituir uma estrutura individual como uma estrutura coletiva.

Se considerarmos um grupo com N sujeitos em diálogo, teremos N subjetividades, cada qual com suas reflexões. Cada sujeito exterioriza aquilo que pensa e interioriza o que os outros dizem ou fazem. A exteriorização e a interiorização garantem a troca entre diferentes estruturas cognitivas por meio de corpos vivos. Isso faz com o que o grupo aja como uma grande estrutura cognitiva, ao mesmo tempo que cada sujeito possui uma estrutura individual. Aquilo que se discute em grupo é algo que os sujeitos tomam consciência e assimilam, o que faz com que sua subjetividade seja modificada. Nesse caso, a estrutura individual fora enriquecida pela estrutura coletiva e vice-versa.

As imagens mentais que se formam nas mentes dos sujeitos após a discussão em grupo não consistem na consciência intersubjetiva, mas sim na nova consciência subjetiva. Sabemos que algo mudou porque nossa estrutura consegue diferenciar os estados anterior e posterior. A diferença entre ambos consiste em elementos interiorizados e que agora estão recombinaados. A consciência intersubjetiva faz sentido quando se considera a similaridade entre elementos das N subjetividades em interação. O fato do “eu” tomar consciência dessas vivências já é ter consciência subjetiva, pois o “eu” não possui consciência intersubjetiva, mas apenas tem consciência subjetiva desta. De forma mais simplificada, a consciência subjetiva é interna, enquanto a consciência intersubjetiva é externa. O que o “eu” interioriza permanece como parte de sua subjetividade.

A consciência intersubjetiva se materializa no trabalho conjunto de diferentes subjetividades, que é a ação coletiva dos corpos vivos sobre o objeto, enquanto a consciência subjetiva é a ação de um único corpo vivo. Para falar em compreensão intersubjetiva, é preciso a reflexão em grupo, pois a reflexão de um só indivíduo sobre o grupo é apenas subjetiva. O sujeito sabe que reflete sobre elementos exteriores, mas na sua reflexão esses elementos adquirem um significado do próprio sujeito.

A percepção sensorial é uma tentativa de captar o mundo da vida como ele é, mas por ser uma ação do próprio sujeito e advinda de seus esquemas, existe uma orientação da estrutura para o percebido. É essa intencionalidade que nos permite afirmar que não existe observador neutro e muito menos verdades absolutas, pois se alguém pudesse observar o mundo da vida em sua objetividade absoluta, a verdade seria a mesma para todos, o que não é.

E, também, dizemos que se não houvesse elementos capazes de aproximar as subjetividades num único ponto de vista, haveria tantas verdades quanto sujeitos. Queremos dizer que os consensos não existiriam se as subjetividades não tivessem algum ponto de similaridade com outras. E assim seria impossível uma democracia ou mesmo a formação de várias relações afetivas.

Ambos os argumentos sustentam a tese de que há elementos da subjetividade na intersubjetividade e vice-versa. Nossa estrutura cognitiva é um jogo de infinitas interações entre elementos advindos da exterioridade. Conforme vamos recombinação esses elementos, vamos constituindo intuições até alcançar lógicas operantes. E o mundo intersubjetivo é também um jogo de infinitas interações entre elementos advindos da interioridade de cada um, que vão se recombinação e formam estruturas operantes.

Tudo o que discutimos até aqui é a nossa visão da relação teórica entre a fenomenologia e o construtivismo piagetiano, sob a qual enxergamos os fenômenos de forma geral. É a partir dessa visão que apresentaremos a proposição de alguns procedimentos metodológicos para a investigação científica, que serão descritos no tópico a seguir.

Uma reflexão de natureza social-fenomenológico-construtivista para a pesquisa qualitativa

A proposta teórico-metodológica aqui apresentada possui as seguintes características: não é radical como o método fenomenológico de Husserl (2013); engloba elementos da pesquisa em abordagem fenomenológica de Bicudo (2011) e da redução eidética de Sokolowski (2012) e está fundamentada nas ideias de Schutz (1979) e Piaget (1938, 1954, 1967, 1973, 1974, 2013). A esse processo denominamos reflexão social-fenomenológico-construtivista.

A reflexão é entendida como uma ação mental, sendo que há dois tipos de motivos por trás das ações: “motivos a fim de” e “motivos por que”. O primeiro intenciona o que se pretende com a ação, isto é, o foco está no futuro. O segundo se orienta para a causa da ação, isto é, o foco está no passado (Schutz, 1979). Essa ideia de ação é válida se considerarmos o estágio operacional em Piaget (1973, 1999), em que as ações são operações. Um sujeito capaz de pensamento racional tem clara convicção de seus “motivos a fim de e por que”. Um representa a

finalidade e o outro a justificativa. Se vai operar sobre determinado objeto, essa operação tem um intuito e foi estimulada por algo. Por isso, operar é tanto vivenciar objetos e pessoas como refletir sobre eles, o que inclui também as relações sociais.

Uma ação só pode ser ação se é manifestada por um sujeito. Se o “eu” pode agir, assim também acredita que outros possam. Nesse caso, a ação pode ser percepção, intuição, estabelecimento de lógicas, o ato de vivenciar, conviver ou mesmo de transformar objetos. De forma resumida, toda movimentação/interação/influência do ser humano sobre si mesmo, o mundo e outras pessoas é uma ação. E o nosso foco aqui é a ação mental sobre todas as demais ações.

Por meio da reflexão, buscamos a compreensão dos fenômenos e a revelação da estrutura lógica que opera sobre eles. É algo distinto do rigor de Husserl (2013), mas que podemos dar o status de fenomenológico, pois mesmo que façamos uma suspensão parcial, estaremos reduzidos a algo. E o aspecto a que ficamos reduzidos, é resultante de construções cognitivas. Por isso, reivindica também o status de construtivista.

Zahavi (2019a) apresenta uma discussão capaz de demonstrar a diferença entre epoché e redução psicológico-fenomenológica. Nesta última, há coisas que podem ficar com sua validade inquestionada, isto é, mesmo após uma virada transcendental, pode haver um retorno à atitude natural, mas que não consiste em retornar ao ponto de origem, pois trata-se agora de uma atitude natural enriquecida, que preferimos denominar “atitude natural fenomenologizada”. Embora voltemos a tomar certos pressupostos como óbvios, o fazemos sempre com a possibilidade de poder questioná-los conforme houver novas vivências. E assim esses pressupostos podem ser constantemente reconstruídos. O que reivindicamos é um status de inspiração fenomenológica, que visa o enriquecimento da teoria construtivista.

Poderíamos falar em fazer pesquisa em abordagem fenomenológica, como propõe Bicudo (2011), mas esta não se utiliza de outro fundamento que não seja o fenomenológico, isto é, daquilo que se revela pelo próprio fenômeno. Uma pesquisa em abordagem

fenomenológica apresenta três passos: interrogação, descrição e análise hermenêutica. A interrogação é mais do que indagar, mas é formular problemas, hipóteses e perguntas, que serão sempre perseguidas a partir da interrogação. É apresentar-se com sentimento de perplexidade frente ao que é percebido (Bicudo, 2011)

Na descrição, como o próprio nome diz, os atos de consciência são descritos e constituem um corpus de dados para a análise. Tais atos podem ser oriundos de entrevistas, filmagens, leitura de textos, etc. Todas são modalidades para captar as experiências vividas. Isso significa que não analisamos o fenômeno na forma imediata de sua ocorrência. Ele nos é revelado pela reunião e escolha de um passado vivido. Por último, falamos do trabalho interpretativo dos dados descritos, que é a análise hermenêutica. É nessa análise em que o fenômeno terá sua essência revelada. Isso requer várias leituras atentas dos relatos de experiências vividos, com o objetivo de destacar as palavras que chamam atenção em “unidades de significado”. Uma forma de realizar essa busca por unidades de significado é encontrar as origens etimológicas e os possíveis significados que as palavras carregam no texto (Bicudo, 2011).

Mais do que destacar unidades de significado, em nossa perspectiva precisamos tipificar o fenômeno como resultado de estruturas operantes e explicitar como estas podem modificá-lo e vice-versa. Esse procedimento vai exigir interrogar e descrever, intuir e coordenar informações em torno de uma lógica. Dessa forma, parafraseando Bicudo (2011), nossa análise não se utiliza de outro fundamento que não seja o social-fenomenológico-construtivista. Por isso, os elementos essenciais da pesquisa em abordagem fenomenológica estão presentes na reflexão social-fenomenológico-construtivista, a qual possui quatro procedimentos: recordação, reprodução, reconstrução e refinamento.

A recordação consiste em relembrar as vivências, de forma que possam ser descritas e/ou narradas. É um processo intuitivo, visto que se trata de trazer à tona as imagens mentais construídas pelo sujeito a partir da percepção sensorial em momentos anteriores. Essas vivências podem ser recordadas ainda sem apresentarem uma conexão lógica, mas foram

recordadas porque possuem significados importantes para quem as recordou.

A reprodução consiste em descrever e narrar textualmente as vivências. Trata-se de materializar os pensamentos por meio de palavras escritas e de forma sistematizada. Ao passo que recorda e reproduz, o sujeito vai estabelecendo conexões entre suas vivências, de forma a estabelecer uma lógica. Tal procedimento é a reconstrução, que consiste em reunir, confrontar, fundamentar e tecer significados a partir dos significados já presentes.

O procedimento da reconstrução é aquele em que os processos descritos por Sokolowski (2012) estão mais presentes. Para Sokolowski (2012), as essências são reveladas por meio de três níveis de desenvolvimento intencional. No primeiro nível, experienciamos um número de coisas em que encontramos similaridades entre elas. No segundo nível, percebemos que as coisas não apresentam predicados similares, mas que se trata do mesmo predicado. E, no terceiro nível, buscamos alcançar características que seriam indispensáveis para a coisa ser o que é, o que ocorre pela mudança da percepção para a imaginação. Para atingir esse nível, focalizamos no universal que encontramos anteriormente e deixamos a imaginação correr livre para ver quais elementos podemos remover antes da coisa destruir-se enquanto o tipo de coisa que é.

Quando for alcançada uma tendência generalizante dos significados das várias vivências a uma estrutura que os explique, tem-se a lógica operante. É na reconstrução que os conceitos da teoria piagetiana e da fenomenologia social serão evocados com o intuito de explicitar os aspectos cognitivos envolvidos no fenômeno enquanto resultado da ação humana.

Durante toda a reflexão, o foco é manter uma explicação que seja coerente e finde naquilo que o fenômeno deve ser e não pode deixar de ser. Para isso, podemos nos utilizar da busca por unidades de significados, como propõe Bicudo (2011). Então, na escrita da reflexão, faz-se

necessário definir os significados das palavras utilizadas e explicitar o que representam.

A parte final da reflexão consiste no refinamento, que é a retenção das características irreduzíveis da coisa em questão. Nesse ponto, a imaginação se faz muito presente, pois permite extrapolar as características em várias situações propostas mentalmente. O refinamento reúne e explicita textualmente a essência. De forma resumida, os procedimentos dessa reflexão são:

- Recordação: relembrar, retomar ou reviver vivências através de imagens mentais.
- Reprodução: descrever e/ou narrar textualmente as vivências recordadas.
- Reconstrução: estabelecer conexões entre as vivências recordadas e evocar conceitos fenomenológicos e construtivistas para a sustentação de uma lógica operante.
- Refinamento: reter as características irreduzíveis e expressar textualmente e sinteticamente a essência

A sequência apresentada não é necessariamente a ordem seguida na reflexão, visto que a recordação, reprodução e reconstrução podem ocorrer de forma muito próxima ou até simultânea. Mencionamos a reprodução antes da reconstrução, porque assim o sujeito pode retomar as vivências de forma escrita e relê-las quantas vezes forem necessárias para estabelecer conexões.

Todos os procedimentos aqui descritos podem ser realizados por um único sujeito ou mesmo por um grupo. A possibilidade de realização por um grupo retoma a ideia de consciência intersubjetiva, que se constrói pela interação entre diferentes corpos vivos. Pensando em dois sujeitos, cada um terá suas recordações, que serão expressas por meio de uma linguagem corporal compreendida por ambos. E assim, a recordação, reprodução e refinamento podem ocorrer de forma colaborativa ou não.

É importante ressaltar que a reflexão em grupo nunca resultará numa essência igual a reflexão de um único sujeito, pois cada pessoa tem um estoque de conhecimento distinto. E cada vez que um sujeito for acrescentado ou retirado do processo reflexivo, haverá uma essência distinta de grupo. Dessa forma, nenhum sujeito e grupo de sujeitos darão conta de todos os aspectos do mundo da vida, uma vez que se trata de um sistema complexo de relações entre infinitas subjetividades. Além disso, nenhum sujeito e nenhum grupo de sujeitos formulará uma essência que seja exatamente igual a do outro.

Antes de uma reflexão mais profunda, o “eu” possui uma atitude natural, ingênua e óbvia do mundo e das pessoas, o que o leva a uma tipificação generalista, capaz de objetificar muitas subjetividades. Com a atitude natural fenomenologizada, o “eu” opera com mais cautela para não cair no radicalismo de suspender todo o mundo e nem de considera-lo absolutamente óbvio. Ressaltamos que a suspensão de certos pressupostos não elimina totalmente os elementos do mundo, pois eles são base para qualquer consciência subjetiva ou intersubjetiva. O intuito da reflexão social-fenomenológico-construtivista é estabelecer uma compreensão entre as infinitas compreensões possíveis sobre uma pequena parte do mundo da vida entre as infinitas partes possíveis.

A reflexão torna-se um ato importante porque permite ao sujeito ou a um grupo enxergar a forma como pensam sobre tal coisa. E a partir disso, podem planejar e executar outras ações de acordo com o contexto em que delimitaram a sua reflexão. E aqui nesse ponto, fica a questão: quais as possibilidades de uso da reflexão social-fenomenológico-construtivista? Por se tratar de um processo de análise, essa reflexão pode ser sobre um documento, sobre respostas de questionários, sobre entrevistas etc. Há um repertório de instrumentos que podem ser utilizados para obter os dados a serem analisados.

Numa análise documental, por exemplo, o intuito será revelar a essência do que ali se encontra escrito, de forma que possa emergir a estrutura operante de tal documento. Numa pesquisa empírica, o foco será revelar a essência de pessoas, processos e outros, bem como fazer emergir

as estruturas operantes destes. O essencial para a reflexão social-fenomenológico-construtivista é ter dados escritos, desenhados, audiovisuais ou de qualquer outra fonte. É a forma de tratamento desses dados que caracteriza a proposta que apresentamos aqui.

A própria discussão que realizamos pode ser caracterizada como uma reflexão dessa natureza, visto que buscamos analisar três teorias e estabelecer entre elas uma conexão. Para isso, recordamos, reproduzimos e reconstruímos conceitos essenciais dentro de uma lógica própria. Ao final, refinamos a essência obtida, a qual está reduzida aos aspectos fenomenológicos e construtivistas.

Considerações finais

Ao final dessa discussão, enfatizamos a importância e a necessidade em se constituir um fundamento de natureza social-fenomenológico-construtivista. Inicialmente, explicamos que nossa tendência à fenomenologia tem o intuito de tornar o sujeito um protagonista dos processos sociais e demonstrar que a história de cada um não se confunde com uma história da sociedade. Pelo viés fenomenológico, podemos refletir sobre as diferentes histórias e identificar como estas influenciam a sociedade e como a sociedade influencia cada uma.

Apresentamos as principais ideias de Husserl (2013) sobre a fenomenologia, cujo método questiona a própria história e as relações sociais, deixando válido apenas o ser pensante. Devido a isso, foi rotulada como uma teoria a-histórica e solipsista. É com as ideias de Schutz (1979) que vemos outras possibilidades para uma fenomenologia que não se inicia no terreno transcendental, mas pela pressuposição de um mundo das relações sociais. A partir da reflexão desse mundo, dado como certo, que percebemos o “eu”, o “outro” e o “nós”. Trata-se de elucidar as essências das diversas relações estabelecidas em grupos.

Pela concepção construtivista de Piaget (1969, 1967, 1973, 1974, 1999, 2013), a estrutura cognitiva está atrelada ao desenvolvimento da consciência. E, na fenomenologia, a consciência é sempre de alguma coisa e representa, por si só, o ato do ser pensante. A consciência se desenvolve desde o nascimento até alcançar o estágio mais elevado, que é o das operações formais, em que há possibilidade da metacognição, essencial para uma reflexão fenomenológica. Inferimos que a construção da consciência se dá em três etapas: percepção sensorial, intuição e lógica operante.

A lógica operante representa o mais alto nível de consciência, resultado de infinitas interações entre esquemas que formam uma unidade coesa. A intuição é um estágio anterior à lógica operante e representa a interação fraca entre esquemas ainda sem uma unidade coesa, mas que está em formação. No ato da intuição, o sujeito atribui sentido, mas ainda sem uma explicação robusta e formalmente adequada para tal. E a percepção sensorial é o estágio inicial do contato com o vivido, o que se dá pela assimilação dos objetos e das pessoas por meio dos sentidos corporais, sendo o ato inicial de constituição dos esquemas.

Esse movimento da percepção sensorial à lógica operante é paralelo ao movimento da consciência intersubjetiva à consciência subjetiva. Enquanto a consciência intersubjetiva está atrelada à relação do nós e ao mundo vivido corporalmente com outros “eus”, a consciência subjetiva é um aspecto unicamente do “eu”. Mas assim como uma percepção modifica uma lógica e uma lógica pode direcionar uma percepção, o mundo intersubjetivo pode modificar um sujeito e o sujeito pode modificar também o mundo intersubjetivo, pois ambos não se confundem e ocupam diferentes sistemas de coordenadas.

Foi a partir dessa concepção que propusemos a reflexão social-fenomenológico-construtivista, constituída por quatro procedimentos: recordação, reprodução, reconstrução e refinamento. O resultado é a essência do fenômeno, que estará sustentada por aquilo que se mostra enquanto ato de estrutura cognitiva, o que não exclui a influência das relações sociais. Para alcance da essência, ocorre uma suspensão parcial de

pressupostos, visto que há elementos do mundo que também fazem parte da estrutura cognitiva do sujeito, caracterizando o equilíbrio entre as consciências subjetiva e intersubjetiva.

A reflexão social-fenomenológico-construtivista está sustentada por três pressupostos: a fenomenológica, que sustenta a tese de que todo ser humano pensa; a construtivista, que sustenta a existência de uma estrutura cognitiva em desenvolvimento em todo ser humano; e a social, que sustenta a ideia de que todo ser humano possui relação com o mundo da vida. Mesmo assim, cada pessoa pensa de um jeito, desenvolve-se de uma forma específica e vê o mundo de um ponto de vista próprio. É esse relativismo que torna essa reflexão uma forma de análise apropriada para diferentes demandas, pois nessa concepção o sujeito é construtor de sua história e tem suas vivências como fonte de dados e significados.

O processo de fundamentação da reflexão social-fenomenológico-construtivista que aqui realizamos é, por si só, uma reflexão social-fenomenológico-construtivista. Nesse caso, realizamos uma metarreflexão que é a base para muitas outras reflexões sobre diferentes fenômenos.

Referências

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (Org.). *Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica*. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

CAPALBO, Creusa. *Metodologia das Ciências Sociais: A Fenomenologia de Alfred Schütz*. Rio de Janeiro: Antares, 1979.

GRZIBOWSKI, Silvestre. Intuição e percepção em Husserl: leituras de Emmanuel Levinas. *Revista NUFEN*, Belém, v. 8, n. 2, p. 65-76, 2016 .

HUSSERL, Edmund. *A crise das ciências europeias e fenomenologia transcendental: uma introdução a filosofia fenomenológica*. Trad. Diogo Falcão Ferrer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

HUSSERL, Edmund. *Meditações Cartesianas e Conferências de Paris: de acordo com o texto de Husserliana I*. Trad. Pedro M. S. Alves. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MOREIRA, Daniel Augusto. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

OLIVEIRA, José Antonio Santos. Husserl e Ricoeur: em torno das Meditações Cartesianas. *Revista de Propriedade Intelectual, Direito Contemporâneo e Constituição (PIDCC)*, Aracaju, ano II, ed. 4, p.136-153, 2013. DOI: <https://doi.org/10.16928/2316-8080.V4N1p.136-153>.

PIAGET, Jean; INHELDER, Barbel. Chap. X: Conclusions générales. In: PIAGET, Jean; INHELDER, Barbel. *L'image mentale chez l'enfant*. Paris: PUF, 1966. p. 413-548. Disponível em: https://www.fondationjeanpiaget.ch/fjp/site/textes/index_recherche.php. Acesso em: 26 nov. 2023.

PIAGET, Jean. *A psicologia da inteligência*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2013.

PIAGET, Jean. Avant-propos et conclusions générales. In: PIAGET, Jean. *La prise de conscience*. Paris: PUF, 1974. p. 261-282. Disponível em: https://www.fondationjeanpiaget.ch/fjp/site/textes/index_recherche.php. Acesso em: 26 nov. 2023.

PIAGET, Jean. *Biologie et connaissance: Essai sur les relations entre les régulations organiques et les processus cognitifs*. Paris: Gallimard, 1967. Disponível em: https://www.fondationjeanpiaget.ch/fjp/site/textes/index_recherche.php. Acesso em: 26 nov. 2023.

PIAGET, Jean. Ce qui subsiste de la théorie de la Gestalt dans la psychologie contemporaine de l'intelligence et de la perception. *Revue suisse de psychologie pure et appliquée*, v. 13, n. 1, p. 72-83, 1954. Disponível em: https://www.fondationjeanpiaget.ch/fjp/site/textes/index_recherche.php. Acesso em: 26 nov. 2023.

PIAGET, Jean. *Estudos sociológicos*. Trad. Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PIAGET, Jean. Le problème de l'intelligence et de l'habitude: réflexe conditionné, "Gestalt" ou assimilation. In: PIÉRON, Henri; MEYERSON, Ignace (Eds.). *Onzième Congrès International de Psychologie*. Paris: Agen. Impr. Moderne, 1938. p. 170-183. Disponível em: https://www.fondationjeanpiaget.ch/fjp/site/textes/index_recherche.php. Acesso em: 26 nov. 2023.

PIAGET, Jean. *Sabedoria e ilusões da filosofia*. Trad. Zilda Abujamra Daeir. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.

PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. Trad. Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Organização e Introdução de Helmut R. Wagner. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SOKOLOWSKI, Robert. *Introdução à fenomenologia*. Trad. Alfredo de Oliveira Moraes. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em educação. *Revista Simbio-Logias*, v. 12, n. 17, p. 67-84, 2020. DOI: <https://doi.org/10.32905/19833253.2020.12.17p67>.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2011.

ZAHAVI, Dan. Fenomenologia aplicada: porque é seguro ignorar a epoché. Trad. Victor Portugal. *Revista de Abordagem Gestáltica*, v. 25, n. 3, p. 332-341, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18065/RAG.2019v25n3.12>.

ZAHAVI, Dan. *Fenomenologia para iniciantes*. Trad. Marco Antonio Casanova. 1 ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019.

Data de registro: 04/02/2024

Data de aceite: 18/12/2024